



Anais da Assembleia

Nº 073

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE JUNHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado DUÍLIO GENARI
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT – 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB – 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB – 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL – 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Délvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE – 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 54.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 1993
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Alqaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregoneze, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achar-se ausente o Senhor Deputado Eurides Moura (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM N.^o 020/93

Curitiba, 27 de maio de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar parágrafos ao art. 2.^o, da Lei n.^o 5.515, de 15 de fevereiro de 1967 (Lei do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE).

Curitiba, segunda, em 07.06.93

No Estado do Paraná foram criados dois instrumentos de máxima relevância para acelerar o seu desenvolvimento sócio-econômico, quais sejam os Programas BOM EMPREGO e PANELA CHEIA, e, portanto, a medida ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade.

A característica mais eminente desses programas é viabilizar a obtenção de recursos bancários pelos setores interessados, em condições mais favoráveis do que as praticadas pelo mercado, mediante redução de 10% da correção monetária para os financiamentos do BOM EMPREGO e da inclusão da cláusula EQUIVALÊNCIA PRODUTO para os financiamentos do PANELA CHEIA. Os incentivos em apreço constituem o que há de mais indicado a uma postura eficaz, coerente e moderna no encaminhamento de soluções para as questionadas áreas, respectivamente, a indústria e a agricultura.

Ademais, compete ao Estado do Paraná, para efeito de implantação e manutenção dos Programas em referência, concorrer financeiramente, definindo e deferindo os recursos necessários para esse fim e a concretização dos aportes tem, como veículo ideal, o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, administração pelo Banco do Estado do Paraná S.A..

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o - O art. 2.^o da Lei n.^o 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 2.^o - ...

§ 3.^o - Nas dotações referidas na alínea "b" do caput deste artigo, incluir-se-á, obrigatória e cumulativamente, os recursos equivalentes ao menor valor no retorno das aplicações deferidas, relativamente à rentabilidade pré-estabelecida, decorrente de:

I - redução de até 10% (dez por cento) na correção monetária incidente sobre as aplicações do programa BOM EMPREGO ou equivalente, quando do pagamento pelos tomadores, a título de incentivo;

II - diferencial resultante entre a taxa real do recurso captado no mercado interbancário e aquele praticado junto ao tomador final, quando o programa for operacionalizado com recursos do Banco do Estado do Paraná S.A.;

III - diferencial eventualmente resultante da cláusula EQUIVALÊNCIA PRODUTO MÍNIMO, no momento do retorno das aplicações.

do FUNDO no programa PANELA CHETA ou equivalente.

§ 4º - O implemento das dotações discriminadas no parágrafo 3º ocorrerá simultaneamente à comunicação dos valores apurados ao final e cada mês, feita pelo Administrador do Fundo."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 021/93

Curitiba, 27 de maio de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10, da Constituição Estadual, ceder ao Município de Rolândia, parte do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, objeto da Transcrição nº 5.088 do Livro 3-F, às fls. 181, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rolândia, edificação essa com área de aproximadamente 153,00 m² e demais características que especifica.

O anteprojeto de lei ora submetido à apreciação dessa Augusta Casa é indiscutivelmente oportuno e necessário, eis que, consultando plenamente aos superiores interesses públicos, virá ensejar condições no sentido de possibilitar a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região em Rolândia, sem maiores custos e com grandes benefícios à comunidade local.

Por outro lado, é oportuno lembrar que no texto do anexo Plano de Lei constam dispositivos expressos segundo os quais tal cessão vigorará até 31 de dezembro de 1994, podendo, mediante ato consensual entre as partes, ser prorrogado por 4 (quatro) anos, ficando a cessionária responsável pela guarda, proteção e conservação do imóvel cedido, bem como pelas medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem qualquer futuro ressarcimento, não podendo ser o mesmo utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena da cessão tornar-se automaticamente sem efeito.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10 da Constituição Estadual, fica o Poder Execu-

tivo autorizado a ceder ao Município de Rolândia, parte do imóvel constituído pela data nº 01 da quadra 71, da sede do referido Município, caracterizado pela edificação nº 02, medindo aproximadamente 153,00 m², de propriedade do Estado do Paraná, conforme consta da Transcrição sob nº 5.088 do Livro 3-F, às fls. 181, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior, será utilizado exclusivamente para a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento de Rolândia, vigorando tal cessão até 31 de dezembro de 1994, prorrogável por 4 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outros fins, nem transferido a terceiros, sob pena de cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando ainda aquela municipalidade responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 072/93

Curitiba, 01.06.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que, nos termos do disposto no art. 10, da Constituição Estadual, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Farol os lotes nºs 1 a 14, da quadra 2, cujas áreas somam 10.000 m² (dez mil metros quadrados) e os lotes nºs 1 a 12 da quadra 7, com áreas que também somam 10.000 m² (dez mil metros quadrados), situados na sede do referido Município e de propriedade do Estado, conforme, respectivamente, Matrícula nº 15.572 e Transcrição nº 30.846, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

A medida legal ora proposta a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, nas áreas de terras cuja doação se procura efetivar, o Município de Farol pretende realizar a construção de unidades habitacionais pelo Programa "Casa da Família".

Por oportuno, vale ressaltar que consta no anexo Plano de Lei dispositivo expresso no sentido de que tal imóvel seja utilizado pelo donatário exclusivamente para as finalidades estabelecidas, revertendo automaticamente ao patrimônio do Es-

tado, caso lhe seja dada destinação diversa da prevista, condição resolutive esta que deverá constar da respectiva escritura de doação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Farol os lotes n.ºs 1 a 14, da quadra 2, cujas áreas somam 10.000 m² (dez mil metros quadrados) e os lotes 1 a 12 da quadra 7, com áreas que também somam 10.000 m² (dez mil metros quadrados), situados na sede do referido Município e de propriedade do Estado, conforme, respectivamente, Matrícula n.º 15.572 e Transcrição n.º 30.846, no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o artigo anterior serão utilizados pelo Donatário exclusivamente para construção de unidades habitacionais pelo Programa "Casa da Família", revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso descumprida tal finalidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n.º 9.528, de 8 de janeiro de 1991 e demais disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os n.ºs DTL/SAT/75, 76, 77, 78, 79, 80 e 83/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

186/93: Do Poder Executivo que reajusta, a partir de 1º de maio de 1993, os níveis de vencimentos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.296. **Anote-se. Arquite-se.**

136/93: Do Tribunal de Justiça que reajusta, a partir de 1º de abril de 1993, os níveis de vencimentos dos serventuários e servidores do Poder Judiciário, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.297. **Anote-se. Arquite-se.**

102/93: Do Tribunal de Justiça que fixa, conforme especifica, o vencimento básico do cargo de Desembargador, a partir das

Curitiba, segunda, em 07.06.93

datas que menciona e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.298. **Anote-se. Arquite-se.**

196/93: Do Tribunal de Contas que reajusta, conforme especifica, os vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.299. **Anote-se. Arquite-se.**

122/93: Do Tribunal de Justiça que, dá nova redação à letra "h", do inciso I, do art. 235, da Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.300. **Anote-se. Arquite-se.**

189/93: Da Procuradoria Geral de Justiça que reajusta, a partir de 1º de maio de 1993, os níveis de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, conforme especifica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.301. **Anote-se. Arquite-se.**

195/93: Do Tribunal de Justiça que reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de maio de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.302. **Anote-se. Arquite-se.**

135/93: Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.480.953.000,00 (cinco bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, novecentos e cinquenta e três mil cruzeiros), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n.º 10.304. **Anote-se. Arquite-se.**

Telegrama:

Curitiba, 07.06.93.

"URGENTE"

EXMO. SR.

DEPUTADO ORLANDO PESSUTI

PRES. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

NESTA

Nos termos art. 1º, Parágrafo Único, do Decreto Legislativo n.º 006/91 de 09.10.91, comunico V.Exa. que estarei em Assunção - Paraguai, no período de 09 a 13 de junho corrente, a fim de tratar assuntos do MERCOSUL.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Indicações:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no

exercício das funções de Líder da Bancada do PMDB, indica para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na sessão de 26 do corrente, o Senhor Deputado Oswaldo Trevisan.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) RENATO ADUR

Líder da Bancada do PMDB

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no exercício das funções de Líder da Bancada do PFL, indica para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na sessão de 26 do corrente, o Senhor Deputado Plauto Guimarães.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DUÍLIO GENARI

Líder da Bancada do PFL

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no exercício das funções de Líder da Bancada do Bloco Parlamentar Independente, indica para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na sessão de 26 do corrente, o Senhor Deputado Heinz Herwig.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) HEINZ HERWIG

Líder da Bancada do BPI em Exercício

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no exercício das funções de Líder da Bancada do PT, indica para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na sessão de 26 do corrente, o Senhor Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha).

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

Líder da Bancada do PT

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no exercício das funções de Líder da Bancada do Partido Trabalhista Brasileiro, indica para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na sessão de 26 do corrente, o Senhor Deputado Anibal Khury.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder da Bancada do PTB

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no exercício das funções de Líder da Bancada do Partido Progressista, indica para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na sessão de 26 do corrente, o Senhor Deputado Luiz Carlos Martins.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

Líder da Bancada do PP.

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no exercício das funções de Líder da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, indica para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na sessão de 26 do corrente, o Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) PAULO MAIA

Líder da Bancada do PDT

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1673

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 182 do Regimento Interno, ouvido o Plenário, REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 38/93, de sua autoria, que requer a construção de creches e postos de saúde em núcleos residenciais.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 1693

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei Complementar n° 408/91, que estabelece critérios gerais para a criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões no Estado do Paraná, regulamentando o artigo 21 da Constituição Estadual, fundado no art. 25, § 3° da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 1654

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada da ordem do dia, por cinco sessões, do Projeto de Lei n° 082/93, de sua auto-

ria, que dispõe sobre a adequação dos veículos de transporte coletivo intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o plenário, que a Sessão Ordinária do próximo dia 14 do corrente mês seja transformada em audiência pública para a oitiva do Deputado Delcíno Tavares e do Dr. Mário Barbosa Tourinho da Coordenadoria de Cooperação Técnica e Controle do Inamps sobre as denúncias neste Plenário formuladas pelo Deputado Florisvaldo Fier contra a administração Álvaro Dias na Pasta da Saúde.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V.Exa. justificativas, no sentido sejam abonadas suas faltas nos dias 7, 8 e 9 do corrente, nas sessões plenárias, motivado por convites para solenidades em municípios de sua região.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 1688

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM, com fundamento no Artigo 34, inciso I, parágrafos 1° a 4° e 35, do Regimento Interno, formação de Comissão Especial tendo como assunto a privatização da empresa ULTRAFÉRTIL, composta por um representante de cada Partido e Bloco Parlamentar com assento na Assembléia Legislativa e duração prevista de 30 dias.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

Curitiba, segunda, em 07.06.93

(a) PAULO MAIA

Apoiamento: Nelson Garcia, Doutor Rosinha, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Emilia Belinati.

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 24 de junho, a ULTRAFÉRTIL, unidade do Grupo PETROFÉRTIL, que tem instalada no Complexo Industrial de Araucária a maior fábrica de fertilizantes nitrogenados da América Latina - de importância estratégica para a agricultura do Paraná e do Brasil - será privatizada através de leilão efetivado dentro desse Programa Nacional de Desestatização. Este procedimento deve ser avaliado criticamente por todos os segmentos da sociedade, em especial esta Assembléia Legislativa, levando em consideração que fertilizantes e agricultura, em sua relação de dependência, são setores estratégicos para a produção de alimentos e alavancagem do desenvolvimento, bem como dos aspectos relativos à preocupante forma assumida pelo processo de privatização, que não foi discutido com a sociedade e não mensura os sérios efeitos ligados à "cartelização" do setor, utilização de "moedas podres" que transferem riquezas para as elites, descomprometimento dos compradores com investimentos e com a continuidade a produção, alteração da sequência de privatização, visando a desvalorização de outras empresas do Grupo, financiamento do processo de privatização com dinheiro público e efetiva sub-avaliação patrimônio da empresa. Tudo isso ocorrendo no Paraná.

O Programa Nacional de Desestatização, sob a vigência do Decreto 99463, de 16 de agosto de 1990, e regulamentado pelo Decreto 724, de 19 de janeiro de 1993, tem a sua condução bastante criticada em razão dos critérios e do método adotados para as privatizações. Preocupa a entrega gratuita de um patrimônio público, construído para atender setor absolutamente estratégico para a Nação Brasileira, que passa fome em sua maioria, ligado ao suporte à produção agrícola. Há de ser observado, após avaliada a conveniência e o interesse público as desestatizações, o preço justo, avaliado transparentemente e considerado o valor imobiliário e de investimentos efetuados, afastando a utilização de "moedas podres" que pouco representam em receita para a União, além de uma efetiva participação da sociedade civil organizada no processo.

A empresa ULTRAFÉRTIL foi originada em 1965, de três empreendimentos distintos, ligados à iniciativa privada, assumida pela PETROQUISA em 1974 diante do desinteresse dessa mesma iniciativa privada pelo negócio em função da crise econômico-financeira da época e pela extinção dos subsídios do governo que lhe dava sustenta-

ção. Estatizada, a ULTRAFÉRTIL integrou-se à visão estratégica do setor em relação a tornar o Brasil auto-suficiente na produção de fertilizantes químicos, eliminar custos de importação de US\$ 700 milhões por ano em fertilizantes químicos e aumentar a produção agrícola do Brasil para consumo interno e exportação de excedentes. Esta estratégia resultou na criação da PETROFÉRTIL em 1976, subsidiária da PETROBRÁS, que assumiria o controle acionário da ULTRAFÉRTIL em 1977. No Paraná, a ULTRAFÉRTIL está instalada numa área de 635.000 m², a 16 quilômetros de Curitiba, no Complexo Industrial de Araucária e exigiu investimentos de US\$ 500 milhões e planejada para produzir 396 mil toneladas por ano de amônia anidra e 495 mil toneladas por ano de uréia: seu faturamento anual é de US\$ 70 milhões e a arrecadação de ICMS atinge a US\$ 3 milhões.

Numa análise inicial, já é constatado em relação ao processo de estatização em geral e em relação à própria ULTRAFÉRTIL, que não foram consideradas as alternativas de gestão para as estatais, o saneamento prévio das empresas e a transferência gradativa para a iniciativa privada: também constata-se autorização para utilização das chamadas "moedas podres" no processo e a ocorrência de cooptação dos trabalhadores através da venda de ações e o que é mais gritante: uma sub-avaliação do patrimônio público.

A proposta de venda da ULTRAFÉRTIL parte de US\$ 207 milhões, o que representa pouco mais do que metade do valor apresentado pela PETROFÉRTIL, acionista da empresa, desconsiderando ainda estoques, produção em andamento e patrimônio existente. Avaliações existem no sentido de que a instalação hoje de uma empresa deste porte e com esta capacidade superaria investimentos de US\$ 5 bilhões.

A retomada do desenvolvimento nacional deverá priorizar o incremento dos setores multiplicadores da economia: neste aspecto, deve ser ressaltado que o setor agroindustrial emprega 40% da população economicamente ativa e representa 35% da pauta anual de exportações. O setor de fertilizantes, por sua vez, como suporte ao setor agroindustrial, deve estar bem estruturado e apto a responder imediatamente às necessidades estipuladas em programas estatais de desenvolvimento, expresso principalmente na oferta de alimentos à população. Vale destacar ainda que a maioria dos países não abdica de um setor de fertilizantes bem estruturado, capaz de garantir o desenvolvimento de sua agricultura: na Europa Ocidental, 65% dos fertilizantes nitrogenados e 80% dos fertilizantes compostos são produzidos por empresas estatais. Isso deve ser considerado e

relevado no processo deflagrado pelo Programa Nacional de Desestatização, principalmente diante do grave quadro social brasileiro. Pela produção de amônia, como matéria-prima dos fertilizantes a serem utilizados na produção agrícola nacional para superação da fome crônica que assola o país.

Neste contexto, deve ser avaliada a conveniência e os termos de uma eventual desestatização da ULTRAFÉRTIL. Cabe a esta Assembléia Legislativa, como Poder instituído e como representação da sociedade, acompanhar de perto este processo que incide sobre uma importante empresa que é patrimônio público nacional e sua transferência para a iniciativa privada, ligada mais ao interesse de lucro, distante das intenções de interesses coletivo e público. A Comissão Especial, constituída sob esta fundamentação, deverá operar como órgão ressonante dos maiores interesses do Paraná e do Brasil, tendo em vista as necessidades maiores da nossa população.

REQUERIMENTO N° 1686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de agradecimentos ao Empresário Rui Senff, do Supermercado PARATI, pela contribuição dada à campanha de pintura da Fundação Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, passa por uma das piores fases de sua vida institucional, onde o Governo Estadual não vem passando mensalmente os recursos necessários de acordo com o Orçamento vigente, embora a direção mensalmente esteja encaminhando o pedido à Secretaria de Tecnologia, Ciência e Ensino Superior. É lamentável o descaso que o Governo Estadual vem dando com aquele estabelecimento de ensino superior, e por essa razão estamos numa campanha pública em todo o Estado para conseguir móveis, utensílios, pinturas e tudo o que for possível para a faculdade, e agora na campanha para a pintura interna e externa do prédio, temos apelado aos empresários e a diferentes homens públicos.

Como abertura da Campanha de Tinta, tivemos a excelente colaboração do empresário Rui Senff, Diretor do Supermercado Parati, que sentindo o drama da faculdade, prontamente deu sua participação, e por essa razão queremos de público, em nome da direção da Fundação Faculdade, externar os

nossos sinceros agradecimentos a esse empresário paranaense que, demonstrando seu amor às causas públicas, deu um impulso e incentivo à campanha, e solicitamos que o mesmo seja cientificado do nosso pronunciamento na rua Uniflor, 1222, CEP 83324-070, Pinhais, Paraná, bem como cópias ainda sejam endereçadas ao Professor Joaquim Tramuja Filho, Diretor da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, na rua Comendador Correia Júnior, 81, CEP 83203-280, Paranaguá, e ao Presidente do Diretório Central dos Estudantes - DCE 29 de Julho, Marcelo José Cardoso Dias, no mesmo endereço acima citado.

REQUERIMENTO N° 1629

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. GERONIMO MIROTO, ocorrido dia 30.05.93, em Rio Azul.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em 30.05.93 faleceu na cidade de Rio Azul, onde residia, o Sr. Gerônimo Miroto, que deixou viúva a Sra. Maria Koslowski Miroto e 07 filhos.

O extinto pertencia a tradicional família de Rio Azul. Foi fundador e membro do MDB e do PMDB. Era funcionário da Prefeitura Municipal, desenvolvendo trabalhos junto à comunidade e junto à Sociedade Recreativa Familiar.

O falecimento de Gerônimo Miroto veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, entre as quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Gerônimo.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Miroto, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1656

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja

Curitiba, segunda, em 07.06.93

inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de LAURO VAROMBI, ocorrido nesta Capital.

Sua perda enluta toda a família, bem como a todos que com ele conviveram, deixando muita saudade.

Trata-se de pessoa muito querida e que recebeu ampla manifestação de sentimentos diante do seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1657

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de CARMELA MENEGINI, aos 88 anos de vida, ocorrido nesta Capital.

Sua perda enluta toda a família, bem como a todos que com ela conviveram, deixando muitas saudades.

Trata-se de pessoa muito querida e que recebeu ampla manifestação de sentimentos diante do seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1658

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de FAUSTINO DRULA, ocorrido nesta Capital, em 14.05 do corrente.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando saudade em todos que com ele conviveram, e que recebeu ampla manifestação de sentimentos diante do seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1659

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de ANTONIO PINHEIRO, mais conhecido como "Vô Pinheiro", ocorrido nesta Capital.

Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e em sua comunidade, deixando saudade em todos que com ele conviveram, e que recebeu ampla manifestação de sentimentos diante do seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1683

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Waldemar Chaves, ocorrido no dia 04 de junho, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A complexidade dos vários setores técnicos e administrativos do Porto de Paranaguá, sempre foi envolvente, e por isso todo o portuário torna-se com os anos, parte integrante dessa unidade, e com isso, tem uma vida comum com os demais companheiros do terminal, tornando-se com o tempo uma figura importante no contexto geral.

Assim foi o portuário Waldemar Chaves, falecido no último dia 04 de junho, na cidade de Paranaguá, o Porto teve sua vida, o Porto teve o seu trabalho, o Porto ganhou a sua inteligência, onde como Técnico de Operações, deixou marcada sua passagem. Casado com Maria Alves Chaves, teve os filhos João Batista, José Carlos, Ademir, Sandra, Ademar e Waldemar, que sentiram seu desaparecimento, e ainda choram sua ausência, essa dor, também como Representante daquela cidade nessa Casa de Leis sentimos, solicitamos que seja enviado a Senhora Maria Alves Chaves, o nosso pesar, com cópia desse requerimento, extensivo aos seis (06) filhos, para a Rua Arthur Bernardes, 56-Jd. Santa Rita-CEP:83206.280 - Paranaguá- Pr.

REQUERIMENTO N° 1684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Voto de Pesar pelo falecimento do Líder Sindical Ariosvaldo Carvalho de Oliveira, ocorrido no último dia 05 de junho do corrente ano, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A ampliação e integração do movimento sindical, com conseqüente penetração na vida da cidade de Paranaguá, deu-se por ocasião da eleição de Ariosvaldo Carvalho de Oliveira, à Presidência do Sindicato dos Estivadores de Paranaguá, quando pelo seu trabalho sindical competente fez uma evolução que atingiu as demais categorias que operam no Porto de Paranaguá.

Pessoa de um espírito traquilo, conscio de sua responsabilidade marcou sua

passagem pela vida sindicalista com atuações serenas também a nível de Brasil, onde atuou por diversas vezes no processo da nova Constituição.

Registra-se ainda, que na sua administração no Sindicato dos Estivadores, onde sucedeu o atual Presidente Izaias da Silva, ampliou o conceito econômico e social do Estivador.

Seria um dos mais extensos o seu Curriculum no sindicalismo brasileiro, diante, de sua participação ativa, nos diferentes movimentos, e com isso ganhou um conceito público, onde chegou em 1992, concorrer ao Legislativo Municipal, sendo um dos Suplentes da atual Legislatura.

Nessa mesma época exerceu o cargo de Assessor Técnico junto ao gabinete do ex-Prefeito José Vicente Elias.

Marcou sua passagem, fez seu destino, porém no último dia 05 de junho, veio a falecer, trazendo um transtorno a sua esposa Sueli Bovo de Carvalho e aos filhos Pedro Augusto e Paola, que ainda sentem uma dor, a qual juntamos nossos sentimentos, através desse voto de pesar, que solicitamos seja enviado a Senhora Sueli Bovo de Carvalho, à Rua Arthur de Souza Costa, 844-Vila Palmital - CEP:83206-230 - PARANAGUÁ, e que cópia desse nosso requerimento também seja enviado ao Senhor Izaias da Silva, Presidente do Sindicato dos Estivadores, à Rua Visconde de Nacar, 656 - CEP: 83203-430 - PARANAGUÁ, lamentando o falecimento de Ariosvaldo Carvalho de Oliveira.

REQUERIMENTO N° 1630

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Jornalista Mauro Fernando Piccinini, pelo lançamento, em Clevelândia, do Jornal Portal.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É da mais alta significação para todos os clevelandenses o lançamento do novo jornal Portal, sob a orientação do jornalista Mauro Fernando Piccinini, porquanto tal acontecimento marca a iniciativa de mais uma vez no seio de Clevelândia e região sudoestina, somatória de diversos fatores essenciais que a colocarão na vanguarda não somente como empresa jornalística, mas no sentido mais amplo do conceito de prestadora de serviço, seja de apoio ao nosso desenvolvimento político, econômico e cultural.

A história de Clevelândia, começou em 28 de junho de 1892, que com o correr do

seu centenário foi crescendo e transformando-se em cidade, recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento significativo marcado por muito esforço principalmente aquele desenvolvido pela tradicional família clevelandense, cuja história é rica em fatos.

Clelândia, berço da civilização paranaense depositária das passagens mais brilhantes de nossa história, recebe agora com muito carinho o jornal "Portal".

Estamos felizes todos nós que vemos hasteada a bandeira da democracia no templo do progresso graças a audácia do jornalista Mauro Fernando Piccinini.

REQUERIMENTO N° 1685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Votos de congratulações ao Prefeito Municipal de Antonina, Ironaldo Pereira de Deus, e sua equipe de trabalho pelo sucesso da Abertura da 1ª EXPONINA, realizado no último dia 05 de junho de 1993.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Com toda opressão existente ainda no litoral paranaense, por parte do Governo Estadual, pela falta de regulamentação adequada ao Decreto Federal n° 750, que determina as atividades na Mata Atlântica, a Prefeitura Municipal de Antonina, numa estreita colaboração com os produtores daquele município, estão em funcionamento até o próximo domingo dia 13 de junho, com a 1ª EXPONINA de Produtos Agrícolas de Antonina, paralelamente também funcionando a festa do barreado, cuja abertura oficial deu-se no último dia 05, e nos seus primeiros dias de funcionamento já se prevê um sucesso desse empreendimento idealizado pelo Prefeito Ironaldo Pereira de Deus, que, com sua equipe de trabalho não está medindo sacrifícios para recolocar a terra capelista de volta no Mapa do Paraná, em função dos desmandos e corrupções praticadas na administração do ex-Prefeito Leopoldino de Abreu Neto, hoje Diretor do Porto de Antonina, do Governo Roberto Requião.

Pelos esforços realizados, e com a certeza absoluta que, outros empreendimentos turísticos serão realizados pela atual administração municipal, com o mesmo sentido e projeção solicitamos que sejam enviados os nossos votos de congratulações ao Prefeito Ironaldo Pereira de Deus, e aos integrantes de sua Equipe de Trabalho pelo sucesso da 1ª EXPONINA, com cópias desse nosso requerimento à Prefeitura Municipal na Rua XV de Novembro, 150 - CEP: 83370-000 - ANTONINA, e ainda ao Vereador

Curitiba, segunda, em 07.06.93

Municipal Aguinaldo do Rosário, Presidente da Câmara Municipal, à Rua C.G. Costa, 174 - CEP 83370.000 - ANTONINA-PARANÁ.

REQUERIMENTO N° 1692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, pela excelente performance de sua Equipe em atingir a marca de 1.500 obras realizadas, no período de 1991 até o presente momento.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

São mais de 1.500 obras que o Departamento de Estradas e Rodagem está realizando em todo o Paraná, desde 1991 até o presente momento.

A atenção dada pelo Governador Roberto Requião ao setor ficou demonstrada quando da designação do Deputado Mário Pereira, Vice-Governador, homem sensível aos problemas da sociedade paranaense e com autoridade para desenvolver os diversos programas daquela importante secretaria.

O desenvolvimento econômico e social das diversas regiões do Estado, passa sem dúvida alguma também pela área de transportes, com o escoamento de grãos das safras, são produtos que entram e saem diariamente de todos os cantos do Estado, nos mais longínquos recantos dos nossos municípios. São pontes e estradas que precisam estar em condições de tráfego em condições climáticas variadas. São movimento de bilhões de dólares que trafegam, que fazem funcionar a engrenagem do desenvolvimento.

Em 1991 e 92, o Governo recuperou 1160 quilômetros de rodovias, investindo mais de 14 milhões de dólares, num trabalho de conservação periódica das estradas.

Em 93 está prevista a recuperação de 1653 quilômetros com recursos do Estado e financiamento do BID, com investimento na ordem 80 milhões de dólares.

Em 1991 e 92 foram 653 obras no setor rodoviário, além desses, foram 221,7 quilômetros de rodovias construídas, totalizando 37,5 milhões de dólares.

91 e 92 foram construídos 2136 metros de ponte, cerca de 2,2 milhões de dólares e executadas pavimentações diversas em 24 quilômetros com mais de 1,2 milhões de dólares. Também houve a pavimentação polidráulica feita em conjunto com as Prefeituras Municipais. Programa altamente social, isto porque possibilita o aproveitamento de mão-de-obra não qualificada que em épocas de entressafra trabalham na colocação das

pedras irregulares, num trabalho artesanal e de custo inferior em 10 vezes ao da pavimentação tradicional. São 6 milhões de dólares em 91 e 92.

Acresce-se 10 milhões de dólares no Programa de adequação de estradas municipais, através de serviço de terraplanagem nas rodovias rurais para possibilitar o tráfego e o escoamento de grãos em qualquer situação climática - 2686 quilômetros de estradas desse tipo.

REQUERIMENTO N° 1647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Doutor ROBERTO REQUIÃO, digníssimo Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, Digníssimo Secretário Especial de Esporte e Turismo, solicitando a celebração de Termo de Cooperação Financeira entre a Prefeitura Municipal de Pinhão e a Secretaria Especial de Esporte e Turismo, visando melhorias no complexo esportivo do Município.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a proximidade dos Jogos Abertos do Paraná e, sendo as Fases Regionais de 02 a 10/07 e de 24/09 a 02/10 realizadas no Município de Pinhão, a Prefeitura Municipal necessita melhorar o seu complexo esportivo para oferecer maior conforto e segurança aos atletas participantes e mais opções de locais à comissão organizadora desses jogos.

A celebração do Termo, objeto do presente, visa especialmente a execução de 258,80m.² de muro para fechamento total do Estádio Municipal Prefeito Rubens Spengler e construção de Tabela de Basquete para o Ginásio Angelo Brolini, para que o mesmo possa ser utilizado nessa modalidade de jogo.

REQUERIMENTO N° 1650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Excelentíssimo Sr. Dr. Nizan Pereira, DD. Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de sete (07) Postos de Saúde, beneficiando as localidades de Serra dos Mulatos, Basílios, Sapé, Quinhão 5, Pinhalzinho, Palmital do Natin-gui e Colônia Augusta Vitória, no município de Ortigueira.

Os moradores dessas localidades são, em sua grande maioria, composta de agricultores com baixa renda e que não possuem

atendimento médico nas proximidades, sendo obrigados a percorrerem longas distâncias deslocando-se até a cidade, quando necessitam.

A construção dos postos, objeto do presente, viria prestar a assistência médica necessária à população, no local onde vivem.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de ofício ao Excelentíssimo Sr. Deputado José Afonso Júnior, DD. Secretário Especial do Esporte e Turismo, reforçando a inclusão do Município de Pinhão no "Projeto Nossa Quadra", dando prioridade às localidades de Rondinha e Guarapuavinha.

A Escola Estadual Professora Izabel Fonseca Siqueira - Ensino de 1° grau, na localidade de Rondinha, devido a sua localização próxima a Usina Hidrelétrica de Segredo, tem obtido um excelente nível de desenvolvimento, atingindo um número crescente de alunos que dela se beneficiam.

A referida escola possui uma quadra que, recebendo cobertura, iria facilitar e incentivar a prática esportiva, muitas vezes prejudicada em razão das condições meteorológicas.

Quanto a localidade de Guarapuavinha, possui apenas um posto de saúde e uma escola recém-entregue, a construção de uma quadra iria brindar a comunidade com um espaço para lazer e entretenimento nos finais de semana, além de incentivar a prática esportiva.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Excelentíssimo Sr. Dr. José Moacir Favetti, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a doação de uma viatura para uso da Polícia Civil do Município de Pinhão.

A viatura que está sendo utilizada pela Polícia Civil não oferece nenhuma condição de trafegabilidade e, com a extensão do município (2.888 km²), a falta de um veículo em bom estado para uso da Delegacia de Pinhão está prejudicando o pronto atendimento à população, bem como o bom trabalho desenvolvido pelos policiais,

trazendo insatisfação e insegurança para a comunidade pinhalense.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1655

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando gestões objetivando determinar o levantamento e orçamento físico-financeiro para a reforma do prédio que abriga a Delegacia de Polícia do Município de Pinhão.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Destacamos abaixo as benfeitorias necessárias no prédio da Delegacia em questão:

- aumento no número de celas para presos correccionais e para os que aguardam sentença;
- construção de uma cela especial para menores;
- aumento na sala do Delegado;
- reforma em geral no prédio, principalmente nos telhados;
- pintura no prédio.

A importância da reforma e da construção de mais celas na Delegacia é vital para o Município pois, com o crescente índice de criminalidade, houve também, um aumento da população carcerária, gerando um quadro de insegurança para os habitantes de Pinhão e uma situação difícil de administrar em razão das precárias condições do imóvel e falta de celas para acomodar os detentos de maneira a evitar uma rebelião.

REQUERIMENTO N° 1670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, Elias Abrahão, manifestação desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no sentido de que seja suprida necessidade da Escola Estadual Oswaldo Cruz, localidade de Alto Alegre, Município de Terra Roxa, de construção de 3 (três) salas de aula, para atendimento da demanda.

Sala das Sessões, em 07.06.93

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A região de Alto Alegre, no Município de Terra Roxa, é atendido pela rede esta-

Curitiba, segunda, em 07.06.93

dual de ensino através da Escola Estadual Oswaldo Cruz, que conta com apenas duas salas de aula. Necessita, com urgência, para atender a demanda real existente, posto que pela falta de estrutura física muitos alunos estão sendo precariamente atendidos em galpões, de ao menos mais três salas de aula na Escola Estadual Oswaldo Cruz.

REQUERIMENTO N° 1632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Alberto Goldman, Ministro dos Transportes, no sentido de que este determine a realização de estudos, visando a imediata duplicação da linha ferroviária, trecho Curitiba-Paranaguá, conhecida como "Linha Serra do Mar", o que trará benefícios extraordinários à economia paranaense e conseqüentemente à economia brasileira; requer, outrossim, o envio de correspondência à FACIP - Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná, na pessoa de seu Presidente, Sr. Werner Egon Scharappe, com endereço à Rua XV de Novembro, 621 - 3° andar, Curitiba-PR, CEP 80.020-925.

Sala das Sessões, em 07.06.93

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Há mais de um século vem o Paraná movimentando suas riquezas pelo mesmo "caminho de ferro", inaugurado por D. Pedro, em 1885. Graças aos esforços e técnicas empregadas pelos ferroviários paranaenses, em muito foi aumentada a capacidade de transporte do trecho.

A Regional de Curitiba da RFFSA, operadora do trecho, é responsável por 45% do transporte de todo produto exportado por Paranaguá. Sobre a mesma base construída por nossos avós e bisavós, mais de cinco milhões de toneladas de carga descem anualmente o trecho Curitiba-Paranaguá, pela ferrovia. Para uma exportação, hoje, de onze milhões de toneladas registradas por nosso Porto é assustador imaginar-se o revés econômico que uma interrupção deste modal de transporte traria a nossa indústria, à nossa agricultura, ao nosso comércio.

Com a entrada em operação da FERROESTE, construída com recursos do Governo Estadual, é certo que se dará ao oeste do Paraná e regiões vizinhas, a mesma facilidade de transporte hoje oferecida ao norte do Estado. Com isto, a demanda de transporte e de exportação será com certeza duplicada em poucos anos.

A marca de cinco milhões de toneladas será atingida, beneficiando não só o Para-

na, mas também estados vizinhos, como: Mato Grosso, São Paulo, Santa Catarina e, até mesmo Argentina e Paraguai.

O novo traçado, já com seu projeto bastante avançado, possibilitará à Regional de Curitiba triplicar sua capacidade de transporte, com segurança e economia. Em termos populares, será como passarmos da Estrada da Graciosa (contemporânea da nossa atual ferrovia), bela e turística, para a BR-277, estrada das praias, segura eficiente, econômica.

REQUERIMENTO N° 1635

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, José Moacir Favetti, solicitando viaturas, motocicletas, rádios e telefones celulares, para as polícias Civil e Militar do Município de Ponta Grossa.

Baseado no anúncio por parte do Excelentíssimo Secretário, de que o Governador autorizou a compra de 300 viaturas à PM, e também 140 motocicletas, 100 telefones celulares e 200 rádios, fazemos tal solicitação.

Visto que Ponta Grossa abrange toda a região dos Campos Gerais, e precisa destes recursos por parte desta Secretaria para que possa continuar dando atendimento eficaz a toda a população.

Sala das Sessões, em 07.06.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Sr. Stênio Sales Jacob, diretor presidente da SANEPAR, solicitando a expansão dos serviços daquela empresa na sede do município de Campo Mourão, através da construção de um Emissário Cloacal ao longo do rio, Km 119.

Sala das Sessões, em 07.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O investimento da SANEPAR com a expansão e melhoria de seus serviços no município de Campo Mourão, reverterá em seu benefício através do aumento de faturamento junto àquela comunidade.

A obra pretendida poderá ser viabilizada pelo governo municipal, através de empréstimo obtido junto ao governo federal, o PROSEGE.

A duplicação do atendimento ao município através da SANEPAR, depende de um só investimento na área urbana de Campo Mou-

ção, que se faria através da construção de um emissário cloacal, ao longo do rio, Km 119, sobre o qual a prefeitura pretende construir uma ciclovia - em parque linear - ligando o Jardim Lar Paraná ao bairro Santa Cruz.

REQUERIMENTO N° 1638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a concretização das obras do anel rodoviário norte, já estabelecido em projeto, também a elaboração de projeto para a construção do anel rodoviário sul, ambos na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 07.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Como se sabe o tráfego de veículos pesado nas cidades e em suas periferias, constituem além de graves riscos à integridade física da população grandes transtornos.

Por ter este lúcido entendimento, o Governo do Estado do Paraná, tem realizado obras similares em vários municípios do Estado, ressalte-se o início recente das obras na cidade de Ponta Grossa.

Como se sabe a obra referida no presente requerimento constitui antiga reivindicação do município e da população mourãoense junto do Poder Executivo do Estado.

Tal realização evitaria o corte da cidade pelo tráfego pesado de veículos de carga, tanto regionais como de outros centros do país, minimizando a insegurança dos cidadãos, em especial os da periferia, a deteriorização constante das ruas e contribuindo para que as estatísticas de acidentes inclusive com perdas de vidas sejam reduzidas a próximo de zero.

Além da efetivação do projeto já existente para a construção do anel rodoviário de contorno norte da cidade, faz-se necessária a elaboração de projeto para a construção do anel rodoviário de contorno sul, obra que trará maiores benefícios à cidade porque integra os três principais acessos rodoviários, além de beneficiar diretamente o desenvolvimento turístico através da Usina da COPEL e a recuperação de Agrovila Guarujá.

REQUERIMENTO N° 1639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao

José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção de medidas que especifica para o Município de Mamborê:

- 1 - Aumento da cota de combustível para a delegacia de polícia;
- 2 - Ampliação da área construída da delegacia de polícia, através da construção de novas celas.

Sala das Sessões, em 07.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A forma mais eficiente de combate e prevenção de assalto aos ônibus que demandam a Foz do Iguaçu, através da rodovia BR-369, na microrregião de Campo Mourão, ainda é a ronda de policiamento preventivo e a detecção de suspeitos.

Somente tal medida poderá dar tranquilidade e segurança a um cem número de coletivos transportando turistas que demandam a Foz do Iguaçu, provenientes de todos os recantos do País.

O atendimento através do aumento da cota de combustível, permitirá um combate mais eficiente aos assaltantes que, cada vez mais ousados tem trazido inúmeras preocupações às autoridades de Mamborê e aos usuários da rodovia.

A cadeia pública de polícia de Mamborê está com excesso de população carcerária. Sua capacitação inicial para oito presos de há muito encontra-se ultrapassada, contando hoje com vinte detentos ali encarcerados.

Isto representa perigo e insegurança. Quadro contraditório ao que a população espera da autoridade responsável pela segurança.

A incapacidade física das delegacias provoca e facilita rebeliões e evasões.

Uma cadeia em melhores condições preveniria os riscos a que se sujeitam os detentos e a própria população, razão pela qual na condição de representante de Mamborê junto a esta Casa, espero o atendimento da parte das autoridades de direito.

REQUERIMENTO N° 1640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação e recursos destinados à conclusão do Hospital Municipal de Luiziana.

Sala das Sessões, em 07.06.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Luiziana, localizado na região centro-oeste do Estado é município recém-criado e com muitas dificuldades, principalmente

Curitiba, segunda, em 07.06.93

na área da saúde pública.

Para sanar e minimizar em especial problemas afetos à saúde básica, exemplo, serviço de pronto socorro, a administração municipal deu início à construção do Hospital do Município.

A dificuldade econômica, a carência de recursos orçamentários faz com que a obra esteja quase paralisada, e a comunidade, vê aos poucos o seu sonho de um sistema decente de saúde esvair-se.

Para voltar a sonhar e, ver seu sonho tornar-se realidade depende dos recursos ora requeridos, que possibilitariam a retomada e o desenvolvimento das obras daquele hospital.

A inexistência de um hospital, obriga a que diariamente sejam feitas de três a quatro viagens, através de veículos municipais para atendimento de saúde na Cidade de Campo Mourão, nos casos que exigem tratamento mais especializado.

O Governo do Estado através da Secretaria da Saúde não pode permanecer indiferente a esta dura realidade, razão pela qual temos certeza determinará as providências necessárias ao atendimento desta justa pretensão da comunidade de Luiziana.

REQUERIMENTO N° 1641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Stênio Salles Jacob, Diretor Presidente da SANEPAR solicitando a construção de um reservatório de água daquela estatal, na sede do Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Abastecido pelo rio Sem Passo, o Município de Luiziana tem encontrado sérias dificuldades de abastecimento, uma vez que o sistema de ligação é direto, seguindo da estação de tratamento para as caixas d'água residenciais.

Toda a vez que surge um imprevisto, como por exemplo, a incidência de chuva forte ocorre o rompimento da adutora, ou falta de energia elétrica, toda a população fica sem água, na espera dos reparos para que ocorra o reabastecimento.

A construção de um reservatório será a solução do problema, principalmente às populações mais carentes, que não possuem recursos que lhe permitam adquirir para suas moradias caixas de água de grande capacidade de reserva, ou mesmo a construção de poços artesianos.

Todos os municípios felizmente, recebem água tratada, pagam o benefício inclusive esgoto, portanto, para a SANEPAR a presen-

te obra seria investimento proveitoso com breve retorno, já que como qualquer outra empresa visa o lucro via benefícios a seus clientes.

REQUERIMENTO N° 1642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Senhor Luiz Cláudio Romanelli, Secretário Especial da Política Habitacional solicitando a implantação do programa Casa de Família, no Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Melhor condição de vida, erradicação do favelamentos são as razões principais do presente pedido. Luiziana apresenta hoje, deficit habitacional de 100 casas, que seriam destinadas em sua grande maioria aos moradores da favela que começa a crescer na periferia da cidade.

Conscientes do agravamento de tal quadro social, seja através do crescimento e proliferação de endemias decorrentes da falta de saneamento básico, a administração local e sua população esperam ser incluídos no programa Casa de Família.

Considerando o número ainda relativamente pequeno do deficit apresentado em cotejo com outras cidades do Paraná e do Brasil, sabedores que uma das metas prioritárias do atual governo é a solução entre outras da questão da moradia, que alia a eliminação do deficit habitacional ao serviço de mão-de-obra dos próprios interessados, é que a população de Luiziana espera ser incluída como partícipe deste importante programa governamental.

REQUERIMENTO N° 1643

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Secretário Especial do Esporte e Turismo, solicitando o que adiante especifica, para o município de Luiziana.

- 01 - Obras de reforma no estádio municipal Romão Martins;
- 02 - Projeto e construção de praça de esporte, lazer e recreação;
- 03 - Projeto e construção de ginásio com cancha de esportes poliesportiva.

Sala das Sessões, em 07.05.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Local de importantes disputas no campo desportivo regional, o estádio municipal Romão Martins, acha-se necessitado de

obras de reforma, e os recursos indispensáveis para tal fim, não podem ser exclusivamente os do município, uma vez que como todo município jovem e em processo de desenvolvimento, deverá canalizar os poucos recursos que possua para setores mais prioritários.

Obras como por exemplo, cabinas retransmissoras de rádio, novos vestiários e pista de atletismo em volta do gramado, ampliariam as participações da comunidade no cenário desportivo regional, garantindo às equipes locais o fortalecimento através do marketing gerado por transmissões radiofônicas.

Comunidade com grande tradição esportiva na região, em especial do desporto amador, todas as reivindicações aqui apresentadas merecem atendimento, além de buscar na prática do esporte e do lazer o atingimento de uma juventude melhor formada no aspecto da saúde e da moral.

Considerando ainda, que a prática do desporto tem tido papel preponderante na recuperação da juventude envolvida na marginalidade, em decorrência de seu padrão de vida e da carência da comunidade de Luiziana.

Considerando que uma das metas da SETUR, e de seu secretário é o fortalecimento da participação popular no esporte, massificando-o, nada mais justo que se estude a viabilização e o atendimento às pretensões que este presente pedido contém.

REQUERIMENTO N° 1644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando recursos para a melhoria das viaturas policiais que servem ao Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Luiziana muito embora apresente registros mínimos de criminalidade, à exemplo de outras cidades da região e do estado, tem problemas de segurança que sempre exigem um mínimo de condição material e humana para serem solucionados.

As viaturas destinadas àquele município, encontram-se em estado precário, apresentando problemas de pneus, lataria mecânica, estando sem a mínima condição de fazer inclusive o trabalho rotineiro de rondas, indispensável ao policiamento preventivo.

REQUERIMENTO N° 1646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Afonso Júnior, Digníssimo Secretário Especial de Esportes e Turismo, solicitando gestões no sentido de determinar a visita de técnicos da área de turismo para orientar a Prefeitura Municipal quanto ao aproveitamento da potencialização turística do Município de Pinhão.

O município em questão dispõe, entre outras, de duas regiões com grande potencial de aproveitamento na área do turismo - os lagos das Usinas Hidrelétricas de Segredo e Foz de Areia - o que ocorrendo, traria maior desenvolvimento econômico e social à população pinhalense, além de constituir-se em mais uma atração para divulgar as belezas de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1648

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a cessão, em comodato, de 01 (um) veículo para atendimento aos mini-postos de saúde da zona rural do Município de Ortigueira.

A distância entre os mini-postos e a sede dificulta o atendimento de suas solicitações, com a urgência e rapidez necessária para o bom desenvolvimento dos serviços prestados pelos mesmos à população usuária.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando gestões viabilizando equipar o mini-posto de saúde localizado em Água das Pedras, Município de Ortigueira.

O funcionamento do referido mini-posto na localidade de Água das Pedras é de fundamental importância e extrema necessidade para melhorar e preservar a saúde da po-

Curitiba, segunda, em 07.06.93

pulação do local.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Stênio Sales Jacob, Mui Digno Diretor da SANEPAR, solicitando a inclusão da Vila Dois Irmãos, próxima à zona Rural de Santa Terezinha, no Município de Pinhão, no Programa de Saneamento Rural.

A Vila Dois Irmãos, possui um considerável número de moradores e, a construção de um poço artesiano e/ou a extensão da rede d'água viria atender às necessidades básicas daqueles que residem na localidade.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1660

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de FORMOSA DO OESTE.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1661

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de GUAPOREMA.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa di-

ficuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1662

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de IRACEMA DO OESTE.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1663

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de ICARAÍMA.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1664

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de JUSSARA.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1665

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de MARILUZ.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1° e 2° graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1666

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de NOVA OLÍMPIA.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa di-

ficuldade para a locomoção de alunos de 1º e 2º graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1667

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de PÉROLA.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1º e 2º graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1668

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de RONDON.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1º e 2º graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1669

Senhor Presidente.

Curitiba, segunda, em 07.06.93

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1º e 2º graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1672

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de expediente, via fax, para os líderes dos partidos políticos e demais Parlamentares paranaenses na Câmara Federal e Senado da República, solicitando apoio e aprovação a Projeto de Lei em trâmite, que institui reajuste mensal de salário a todos os trabalhadores brasileiros.

Sala das Sessões, em 07.06.93

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoiamto: Lourenço Fregonese, Heinz Herwig, Ademar Traiano, Emilia Belinati, Mário Bezerra e Nilton Barbosa.

REQUERIMENTO N° 1682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Durval Matos do Amaral, Digníssimo Secretário de Estado de Trabalho e Ação Social, solicitando recursos para a ACEDA, da Cidade de Paranaquá, adquirir aparelhos auditivos, às crianças carentes.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Há mais de 3 anos a ACEDA - Associação dos Colaboradores da Escola dos Deficientes Auditivos de Paranaquá, vem mantendo com seus próprios recursos, um atendimento permanente às crianças carentes com defi-

Curitiba, segunda, em 07.06.93

ciências auditivas, onde além da assistência médica, são ministradas aulas em cursos especiais, com pessoal especializado do melhor nível educacional e técnico.

Diante das inúmeras dificuldades surgidas, onde a situação financeira vem atingindo todos os setores da sociedade, a ACEDA na atualidade está com falta de recursos para continuar esse atendimento social aos carentes.

Nesse sentido, solicitamos que seja endereçado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Trabalho e Ação Social, Deputado José Durval Matos do Amaral, salientando com ênfase a delicada situação da ACEDA e pedindo que sejam liberados com maior brevidade possível, recursos para que aquela entidade filantrópica possa adquirir aparelhos auditivos, ou então realizando a própria pasta, a aquisição direta desses equipamentos.

Outrossim solicitamos que, cópia desse nosso requerimento seja enviado a Professora Maria Amélia Voi Fernandes, Diretora da ACEDA, no seguinte endereço: Rua Maneco Viana, s/n - Jd. Eldorado - CEP: 83206-250 - Paranaguá, e ainda ao Radialista Mário Mickuz, Diretor da Rádio Difusora de Paranaguá, à Rua Professor Cleto, 305 - CEP: 83.203-240 - Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 1689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor José Afonso Júnior, digníssimo Secretário de Estado do Esporte e Turismo, no sentido de que seja determinada a construção de uma cancha poliesportiva na Escola Estadual Levy Gonçalves de Oliveira - Ensino Regular de 1° Grau e Supletivo, pertencente ao Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 07.06.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Utilizo-me do texto em que a nobre Vereadora justifica a necessidade premente da construção do referido projeto, presta uma homenagem a luta dos edis de todos os municípios que atento as necessidades de sua população, reivindicam melhorias aos Órgãos do Governo Municipal, Estadual e Federal.

"Considerando que a referida escola vem utilizando-se do Ginásio de Esportes de Iporã para as aulas de Educação Física, causando assim transtornos vários a escola e aos alunos, sugerimos a FUNDEPAR - Fun-

dação Educacional do Estado do Paraná e à Secretaria de Esportes, estudos de possibilidades em via a ser construída no referido estabelecimento de ensino uma cancha polivalente, sanando assim os problemas enfrentados pela escola."

REQUERIMENTO N° 1690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja viabilizado a ampliação em duas salas de aula para a Escola Estadual Dr. Antenor Pâmphilo dos Santos, em Iporã.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A escola situa-se num dos bairros mais populosos de Iporã, margeado de moradores com baixo poder aquisitivo; atendendo uma clientela de crianças carentes que buscam na escola um local onde aprendem, se alimentam e vivem socialmente.

A capacidade de ocupação está saturada, comprometendo sensivelmente a qualidade de atendimento, causando dificuldades e desconforto às crianças necessitando urgente a construção de mais duas salas de aula e uma área administrativa.

REQUERIMENTO N° 1691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Norton José Siqueira Silva digníssimo Delegado Regional da Delegacia da Receita Federal em nosso Estado, no sentido de solicitar em nome da comunidade do Município de Icaraíma, a doação de dois terminais de micro-computadores para atender o Colégio Estadual Desembargador Antônio Franco-Ferreira Costa e Escola Estadual Castelo Branco - Ensino de 1° Grau ambos localizados no Município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação dos micro-computadores em função do grande avanço tecnológico e modernização da nossa atualidade que faz necessário preparar nossos jovens para essa jornada, através de aulas práticas cursos profissionalizantes, etc., que dão condições de integrar esses alunos em seu campo de trabalho profissional.

A informatização deixou, há muito tempo, de ser um luxo, artigo supérfluo

inatingível aos cidadãos comuns, integrando-se hoje como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do homem. A escola, centro do aprendizado, tem necessidade de se aparelhar adequadamente para oferecer aos alunos facilidades e avanço nas ciências.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 239/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A redação do art. 2° da Lei n° 8.358/86, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2° - Os documentos enviados à Assembléia Legislativa, nos termos do art. 1° e seu § 1°, serão encaminhados à Comissão de Fiscalização, para formação do processo relativo a cada uma das licitações que ficarão à disposição de qualquer Deputado Estadual que deseje consultar."

Art. 2° - A redação do art. 3° da sumulada, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3° - A Assembléia Legislativa deverá adequar a Comissão de Fiscalização, de todos os meios necessários para o bem e fiel cumprimento desta Lei, utilizando-se para tal, de verbas orçamentárias próprias e as oriundas das aplicações financeiras captadas no mercado financeiro, tendo como único agente o BANESTADO."

Art. 3° - Fica acrescido um parágrafo ao art. 3° da Lei supra sumulada, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - A Comissão de Fiscalização será composta por sete membros, assessorada por um secretário e cinco técnicos de nível superior provenientes das áreas de Ciências Contábeis, Advocacia, Estatística, Economia e Informática."

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

PROJETO DE LEI N° 240/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Quadrangular, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

Curitiba, segunda, em 07.06.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoio: Paulo Maia

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de Utilidade Pública a Creche Quadrangular, entidade inscrita no Registro de Títulos e Documentos - 2° Ofício, sob n° 906, Livro A-1 de Pessoas A-II, em 01 de agosto de 1980, da Cidade de Londrina.

Dentre as finalidades da entidade em questão, destacam-se a prestação de assistência e proteção a crianças, a promoção de orientação religiosa nos moldes Evangélicos e ainda a orientação pré-escolar.

A entidade necessita desta declaração de Utilidade Pública para que possa desenvolver suas atividades.

PROJETO DE LEI N° 241/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Jovem Com Uma Missão - JOCUM", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A "Jovens Com Uma Missão - JOCUM", é uma entidade religiosa, educativa, cultural e filantrópica, sem fins lucrativos e tem como finalidade básica e primordial a pregação do Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo no Brasil e no exterior. Formará e encaminhará pastores e missionários, dará assistência e servirá as Igrejas Evangélicas, mantendo cursos de treinamento. Importante destacar a organização e manutenção de clínicas, maternidades, creches e escolas em todos os níveis.

PROJETO DE LEI N° 242/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Lupionópolis, com sede foro no Município de Lupionópolis, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Lupionópolis, foi fundada em 21 de junho de 1952, sob auspícios do Departamento Estadual da Criança.

Tem como finalidade, promover a higiene da maternidade e da infância em geral, durante e depois do parto: dar assistência médica à criança, à gestante, e à nutriz enferma; auxiliar nas despesas que se destinam à alimentação da criança, bem como à alimentação das famílias de grande prole; dar proteção às crianças pobres ou abandonadas, além das portadoras de doença mental, e recreação e educação física dirigida às crianças em geral.

Como se observa, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, objetiva a proteção e a assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem-estar, e às necessidades da criança e da gestante.

Deste modo, pelo elevado valor social da proposição, pedimos o apoio dos nobres pares, para a aprovação da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDT, se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

A Companhia Siderúrgica Nacional, um dos maiores símbolos do nacionalismo e da busca da soberania do Brasil - além de ser uma empresa grandiosa em seu ramo - foi entregue a um consórcio de empresas privadas a preço de banana. Este consórcio, composto principalmente por bancos, pagou o preço mínimo de 1 bilhão e meio de dólares a por uma empresa que fatura anualmente muito mais do que esta cifra e que se fosse instalada hoje implicaria investimentos não menores que 6 bilhões de dólares. Esta mesma liquidação, que aconteceu com a USIMINAS, aconteceu com Poliolefinas e outras empresas estatais, importantes e necessárias ao desenvolvimento do Brasil, atuantes em setores estratégicos da nossa economia, dentro de um Programa de Desestatização que mais parece um Programa de Entreguismo da nossa Soberania.

No próximo dia 24 de junho, a ULTRAFÉRTIL, unidade do Grupo Petrofertil que tem instalada no Complexo Industrial de Araucária a maior fábrica de fertilizantes nitrogenados da América Latina - de importância estratégica para a agricultura do Paraná e do Brasil - será privatizada através de leilão efetivado dentro desse Programa Nacional de Desestatização. Este procedimento deve ser avaliado criticamente por todos os segmentos da sociedade, em especial esta Assembléia Legislativa, levando em consideração que fertilizantes e

agricultura, em sua relação de dependência, são setores estratégicos para a produção de alimentos e alavancagem do desenvolvimento, bem como dos aspectos relativos à preocupante forma assumida pelo processo de privatização, que não foi discutido com a sociedade e não mensura os sérios efeitos ligados à "cartelização" do setor, utilização de "moedas podres" que transferem riquezas para as elites, descomprimento dos compradores com investimentos e com a continuidade a produção, alteração da sequência de privatização, visando a desvalorização de outras empresas do Grupo, financiamento do processo de privatização com dinheiro público e efetiva sub-avaliação do patrimônio da empresa. Tudo isso ocorrendo no Paraná.

A manutenção de um perfil neo-liberal por parte do Governo Itamar Franco, dando continuidade ao modelo que Collor acentuou à frente da administração federal, entrega a iniciativa privada, com o Programa Nacional de Desestatização, um patrimônio público de valor inestimável e estratégico para o desenvolvimento do Brasil. A desestatização, que na verdade repassa quase de graça à iniciativa privada empresas estatais de grande valor e potencial, é apresentado à sociedade como solução dos problemas econômicos e sociais do País, sem revelar a verdade de uma total falta de programação para o desenvolvimento nacional: coloca-se a privatização das empresas estatais como "totem político", passo sem o qual o Brasil não entra no "primeiro mundo", na verdade construindo uma mentira para acobertar o entreguismo e a falta de espírito nacionalista. O mito do "ingresso no primeiro mundo", segundo as condições impostas pelo capital estrangeiro, impõe algumas medidas humilhantes, como esta de entregar parcela de nossa soberania e nossa autodeterminação sobre setores estratégicos. Isso é muito preocupante. Da forma como está sendo feito o ingresso do Brasil no "primeiro mundo", será como "Nação periférica", dependente do conhecimento tecnológico monopolizado pelas Nações Imperialistas, sem autodeterminação e controle dos seus setores estratégicos, restando operar, na distribuição mundial do trabalho, como fornecedor de matérias-primas e mão-de-obra baratas!

O Programa Nacional de Desestatização, sob a vigência do Decreto 99463, de 16 de agosto de 1990, e regulamentado pelo Decreto 724, de 19 de janeiro de 1993, tem a sua condução bastante criticada em razão dos critérios e do método adotado para as privatizações. Preocupa a entrega gratuita de um patrimônio público, construído para atender setor absolutamente estratégico para a Nação Brasileira, que passa fome e sua maioria, ligado ao suporte da produção

agrícola. Há de ser observado, após avaliada a conveniência e o interesse público as desestatizações, o preço justo, avaliando transparentemente e considerado o valor imobiliário e de investimentos efetuados, afastando a utilização de "moedas podres" que pouco representam em receita para a União, além de uma efetiva participação da sociedade civil organizada no processo.

A empresa ULTRAFÉRTIL foi originada em 1965, de três empreendimentos distintos, ligados à iniciativa privada, assumida pela PETROQUISA em 1974 diante do desinteresse dessa mesma iniciativa privada pelo negócio em função da crise econômico-financeira da época e pela extinção dos subsídios do governo que lhe dava sustentação. Estatizada, a ULTRAFÉRTIL integrou-se à visão estratégica do setor em relação a tornar o Brasil auto-suficiente na produção de fertilizantes químicos, eliminar custos de importação de US\$ 700 milhões por ano em fertilizantes químicos e aumentar a produção agrícola do Brasil para consumo interno e exportação de excedentes. Esta estratégia resultou na criação da PETROFÉRTIL em 1976, subsidiária da PETROBRÁS, que assumiria o controle acionário da ULTRAFÉRTIL em 1977. No Paraná, a ULTRAFÉRTIL está instalada numa área de 635.000m², a 16 quilômetros de Curitiba, no Complexo Industrial de Araucária e exigiu investimentos de US\$ 500 milhões e planejada para produzir 396 mil toneladas por ano de amônia anidra e 495 mil toneladas por ano de uréia: seu faturamento anual é de US\$ 70 milhões e a arrecadação de ICMS atinge a US\$ 3 milhões.

Numa análise inicial, já é constatado em relação ao processo de estatização em geral e em relação à própria ULTRAFÉRTIL que não foram consideradas as alternativas de gestão para as estatais, o saneamento prévio das empresas e a transferência gradativa para a iniciativa privada: também constata-se autorização para utilização das chamadas "moedas podres" no processo e a ocorrência de cooptação dos trabalhadores através da venda de ações e o que é mais gritante: uma sub-avaliação do patrimônio público.

Vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputado, os dados fornecidos anteriormente para que se instalasse essa empresa aqui no Paraná e o que querem fazer com sua privatização. Senão vejamos os dados que vamos registrar nesta oportunidade.

A proposta de venda da ULTRAFÉRTIL parte de US\$ 207 milhões, o que representa pouco mais do que metade do valor apresentado pela PETROFÉRTIL, acionista da empresa, desconsiderando ainda estoques, produção em andamento e patrimônio existente. Avaliações existem no sentido de que a instalação hoje de uma empresa deste porte

Curitiba, segunda, em 07.06.93

e com esta capacidade superaria investimentos de US\$ 5 bilhões.

A retomada do desenvolvimento nacional deverá priorizar o incremento dos setores multiplicadores da economia: neste aspecto, deve ser ressaltado que o setor agroindustrial emprega 40% da população economicamente ativa e representa 35% da pauta anual de exportações. O setor de fertilizantes, por sua vez, como suporte ao setor agroindustrial, deve estar bem estruturado e apto a responder imediatamente às necessidades estipuladas em programas estatais de desenvolvimento, expresso principalmente na oferta de alimentos à população. Vale destacar ainda que a maioria dos países não abdica de um setor de fertilizantes bem estruturado, capaz de garantir o desenvolvimento de sua agricultura: na Europa Ocidental, 65% dos fertilizantes nitrogenados e 80% dos fertilizantes compostos são produzidos por empresas estatais. Isso deve ser considerado e relevado no processo deflagrado pelo Programa Nacional de Desestatização, principalmente diante do grave quadro social brasileiro. Pela produção de amônia, como matéria-prima dos fertilizantes a serem utilizados na produção agrícola nacional para superação da fome crônica que assola o país.

Neste contexto, deve ser avaliada a conveniência e os termos de uma eventual desestatização da ULTRAFÉRTIL. Cabe a esta Assembléia Legislativa, como Poder instituído e como representação da sociedade, acompanhar de perto este processo que incide sobre uma importante empresa que é patrimônio público nacional e sua transferência para a iniciativa privada, ligada mais ao interesse de lucro, distante das intenções de interesses coletivo e público. A Comissão Especial, constituída sob esta fundamentação, deverá operar como órgão ressonante dos maiores interesses do Paraná e do Brasil, tendo em vista as necessidades maiores da nossa população.

Tenho certeza merecerá a aprovação desse Plenário, e de forma séria e participativa, como tem sido nesta Casa, mas teremos que estar presentes, acompanhando a entrega deste País, acompanhando a desnacionalização, porque há poucos dias como citamos no início da nossa falação, entregaram de mão beijada a Companhia Siderúrgica Nacional. Segue da mesma forma a entrega de outras empresas lucrativas deste País e não estamos vendo preocupação quanto às empresas estatais que de fato operam no vermelho e que trazem prejuízos a esse País. Não vemos interessados e não vemos também a preocupação em tentar privatizá-las, mas aquelas que dão lucro, que dão riquezas a esse País e que representam os

interesses nacionais, quando questionado, o Presidente da República, respostas como fez o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, quando tentou impedir a privatização da CSN, não obteve respostas e hoje se comprova, de fato, a farsa existida naquela privatização e hoje, as entidades organizadas, estão denunciando da mesma forma a privatização ou a tentativa de privatização que ocorrerá dentro em breve, da Ultrafertil e que vai representar mais uma vez um prejuízo incalculável a este País, a estes trabalhadores e, com certeza, ao nosso Estado.

Concedo aparte ao Dr. Rosinha.

O Sr. Dr. Rosinha - Hoje, a nível nacional, é considerado como "dinossauros" pessoas que defendem a manutenção estatal de certos setores da economia. São chamados de "dinossauros" por acharmos conservadores e inclusive, retrógrados, mas a história da privatização de estatais no nosso País tem mostrado justamente o contrário com o passar do tempo. Todas as estatais que foram privatizadas até o momento, não acarretam ao Estado brasileiro, não trouxeram ao Estado brasileiro, absolutamente nada de contribuição, mas sim a contribuição econômica e financeira ao setor privado que passa a ser proprietária dessa estatal.

No caso específico da Companhia Siderúrgica Nacional, que foi mais amplamente debatido, está claro que houve falcatura na maneira como foi privatizada, mas todas as demais estatais também foram pelo mesmo caminho. Na questão específica da Ultrafertil, que esta Casa de Leis já aprovou duas moções contrárias à privatização da Ultrafertil, tenho absoluta certeza que hoje também aprovar-se-á nesta Comissão e nós do PT, somos totalmente contra a privatização das estatais. Seria como fazer o monopólio de todo o setor, praticamente, de fertilizantes, fazendo com que o preço vá lá em cima, e é lógico, fazendo com que o preço para consumidor fique muito elevado, aumentando o preço dos gêneros alimentícios e contribuindo, também, conseqüentemente, com o aumento da fome em nosso País.

Por isso, nós do PT, apoiamos tal Requerimento. Queremos colocar a serviço dos trabalhadores o mandato dos três Deputados do PT, como instrumento de luta dos trabalhadores da Ultrafertil e como instrumento de luta da sociedade contra esta privatização. Porque nós temos certeza de que é para, novamente, favorecer um setor da sociedade, que é um setor minoritário aquele que vai sair ganhando com esta privatização. O restante da sociedade brasileira vai perder, porque vai pagar mais caro o alimento e vai ter um novo monopólio nesta

área de fertilizantes. E nós sabemos que, a nível mundial, 80% da produção de fertilizantes é estatal e somente 20% é privado.

Eu agradeço o aparte concedido por V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Informo ao Nobre Deputado que tem um minuto para encerrar seu pronunciamento.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a contribuição do nobre Deputado Florisvaldo Fier, na certeza de que neste momento, nesta Casa, registra-se o fato de que o Paraná não está "dormindo" num momento bastante sério como este. Porque em outras oportunidades, de privatização de outras empresas, foi cobrada a omissão deste Poder. E, nós estamos deixando bastante claro, não apenas aos representantes da Ultrafertil, que se encontram presentes, como também presente está o Presidente de uma das Centrais deste País, a CGT, na pessoa do Presidente Jorge Modesto, mas estamos deixando registrado ao Paraná e ao Brasil de que aqui não está se dormindo e não se está aceitando, pacificamente, o entreguismo deste País das suas estatais aos interesses privados, aos interesses, de fato, daqueles, como bem disse o companheiro Rosinha, não estão preocupados com os problemas nacionais.

Nós temos certeza de que neste momento haveremos de aprovar este Requerimento, pedindo uma Comissão Especial, como também a participação efetiva e o protesto do Paraná num momento muito sério que estamos vivendo, num momento em que se privatiza que se entrega a CSN, que se entrega a Ultrafertil e que não se administra o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Constatamos a Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Osvaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente Sra. e Srs. Deputados; assumiu na última sexta-feira o cargo de novo Ministro da Agricultura, o Sr. Nury Andraus. E, imediatamente já antecipou a primeira coisa que fará no Ministério da Agricultura.

Assim, o novo Ministro da Agricultura Nury Andraus, tomou posse nesta sexta-feira, anunciando como primeira medida o aumento para 75% do depósito compulsório dos bancos para financiar a implantação do sistema de equivalência produto, na correção dos empréstimos rurais.

Atualmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Banco Central recolhe 50% (

total de depósitos à vista nos bancos que deverão somar este ano quatro bilhões de dólares. Segundo o Ministro Andraus a elevação é a saída para que o governo acabe com o uso da taxa referencial, a famosa TR, acabe com o uso da TR como índice de correção dos financiamentos sem usar recursos do Tesouro. Esta TR tão temida pela agricultura que vêem seus débitos nos bancos e elevarem a montantes astronômicos e muito acima das possibilidades do rendimento da agricultura. Esta proposta será submetida ao Conselho Monetário Nacional. O Presidente Itamar Franco considera, assim, encerrada a reforma ministerial.

Colocada a questão, de que o novo Ministro da Agricultura, vai implantar, a nível nacional, o sistema de equivalência - produto, nós vemos que, mais uma vez, o Paraná saiu na frente na busca de soluções para os graves problemas deste País. O Paraná que já havia saído na frente na questão da construção de casas populares, dando exemplo a este País de como se constrói casas populares, a preços que o trabalhador possa pagar e vem construindo ao longo do Governo Requião, o Paraná também dá ao Brasil exemplos práticos de como é que nós também vamos nos encaminhar para resolver o problema da nossa agricultura. E com respeito à equivalência em produtos, é uma política que já vem sendo desenvolvida com êxito aqui no Paraná, num trabalho conjunto da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento com o Banco do Estado, através do Programa Panela Cheia e que vem disseminando e distribuindo em todas as agências do Banco do Estado do Paraná grandes somas de financiamentos para que o agricultor possa ter a tranqüilidade de que o retorno do seu financiamento não será mais acrescido da temida Taxa Referencial, e sim, ele sabe que vai pagar o equivalente em produtos.

É, portanto, Senhores Deputados, para registrar este êxito que o Paraná vem alcançando neste trabalho da Secretaria da Agricultura, o financiamento com o retorno da equivalência em produtos, que se constitui na abertura de um grande caminho para a nossa agricultura.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a agricultura precisa também da atenção em outros segmentos. Participei eu há um mês atrás, mais ou menos, de um ato público em defesa do trabalho e da produção promovido pelo Governo do Estado mais especificamente pela Secretaria da Agricultura, com a presença do Governador Requião e do Secretário Osmar Dias, e ali tivemos a oportunidade de alinhar outras preocupações da agricultura que precisam ser atendidas. E para ser breve, vou procurar resumí-las e colocar à reflexão dos Senhores Deputados.

De um programa de amparo à agricultura, e isso nós também estaremos sugerindo ao Senhor Nuri Andraus o novo Ministro da Agricultura, não pode ficar de fora, por exemplo, algumas medidas além da implantação, da regulamentação imediata do crédito em equivalência/produto para os financiamentos, que o Ministro já anunciou, é importante que se observe o custeio agropecuário para todas as culturas recuperando o volume de recursos que se aplicava para esta finalidade no início da década de 80. E aqueles que são agricultores, e aqui vejo o nobre Deputado Severino, Colombino, e tantos outros aqui que se dedicam à agricultura e pecuária lembram-se que na década de 80 quando os financiamentos do Governo Federal eram canalizados por este Brasil todo via Banco do Brasil, o volume de recursos que a nossa agropecuária tinha à disposição era, realmente, abundante. Mas, de uns tempos para cá esses financiamentos vêm sendo minguados e não estão acontecendo em quantidade e na oportunidade necessária.

O financiamento para agropecuária precisa sair no momento certo, no momento oportuno porque a agricultura observa o princípio bíblico que há um tempo para o plantio e há um tempo para colher.

Se não se planta naquele tempo certo a produtividade fica comprometida, cai a quantidade produzida. Assim, não se plantando o algodão aí pelo mês de setembro, outubro, não se plantando soja por outubro, novembro, não se plantando o trigo entre 15 de abril e 15 de maio, que é época própria de plantio e se retarda esse plantio depois a quantidade a ser colhida lá na frente será prejudicada.

É por isso que os financiamentos precisam estar à disposição do agricultor com oportunidade e em quantidade suficientes.

Ainda em investimento agropecuário, financiamento de projeto de modernização do setor rural tais como: instalações, moradia, máquinas, equipamentos, conservação do solo, calcário, implantação de culturas de ciclos permanentes e, entre elas é importante mais uma vez que se lembre, a cultura do café entra agora numa nova fase o plantio do café adensado que possibilita o plantio de uma grande quantidade de pés por hectare, e conseqüentemente, a obtenção de uma grande produtividade.

Esta Casa realizou há uma, duas semanas atrás, por iniciativa do Deputado Dirceu Manfrinato, um Encontro de Grandes Lideranças da Cafeicultura Nacional, e aqui essa questão foi discutida.

Quando nós voltarmos a plantar café no Paraná, nós estaremos fortalecendo nosso Estado economicamente com uma produção de café e socialmente com a geração de grande quantidade de empregos.

É importante também Senhores Deputados incentivar pequenas agroindústrias...

(É retirado o som).

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queremos anunciar a presença do Vereador Jorge Miguel Samek do Partido dos Trabalhadores, Vereador pela cidade de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) - Anunciado.

Com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu procurarei, vou resumir Senhor Presidente para me conter dentro do horário.

Mas, um dos graves problemas também que a agricultura precisa de solução imediata é o ressarcimento do seguro agrícola, ou traduzindo, é o pagamento do pró-agro.

Nós temos milhares e milhares de agricultores deste País, e também do Paraná, aguardando o pagamento, o ressarcimento do pagamento desse seguro pró-agro, já aí há dois, ou três anos. Então, o que é importante também é que se faça a instituição do seguro da produção com prêmios uniformizados em substituição ao seguro pró-agro; porque o seguro pró-agro, hoje, da maneira como ele funciona, ele não garante o produtor, e sim ele garante o banco, ele é mais um seguro do banco do que agricultor, por isso essa questão do seguro agrícola precisa ser repensado.

Já falamos que os financiamentos devem ser concedidos nas épocas próprias, por oportunidade e conveniência. E é importante também que a questão da agricultura mereça de todos nós paranaenses uma especial atenção porque o Paraná participa com 25% da produção total de grãos deste País.

E é preciso que nós nos preocupemos também com a relação de troca entre os produtos agrícolas e os produtos industriais.

A cada ano que passa o agricultor está dando maior quantidade dos seus produtos em troca de menor quantidade de produtos industriais.

Apenas para dar um exemplo eu tenho aqui um levantamento de preço de comparação de preços entre produtos agrícolas e produtos que a agricultura compra no mercado, que são provenientes da indústria, numa comparação de dois meses apenas: entre 19/11/92 a 19/12/92 e no mês seguinte 19/12/92 a 26/01/93, assim por exemplo um pneu de trator que custava, que equivalia no mês anterior a 8,54 sacas de soja, no mês seguinte já precisava o agricultor de 9,53 sacas de soja para comprar o mesmo pneu; ele precisava no mês anterior de

9,49 toneladas de cana e no mês seguinte já precisava de 14,21 toneladas de cana para comprar o mesmo pneu; ou ele precisava 4,9 arrobas de boi, e no mês seguinte já precisava de 6,07 arrobas de boi; ou 1,26 sacas de café, ou 1,89 sacas já no mês seguinte.

Então, vejam que esta relação de troca penaliza, a cada dia que passa, penaliza bastante a agricultura em favorecimento da indústria e do comércio.

São, Senhor Presidente e Senhores Deputados, algumas considerações a respeito dos problemas da nossa agricultura e que o exíguo tempo me faz parar por aqui, mas que nós esperamos que o novo Ministro da Agricultura, além da medida já anunciada da equivalência de produtos, e que leva o exemplo do Paraná, que outras sejam anunciadas para o resguardo da nossa agropecuária brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) -

PSDB. (Declina).

PTB - Declina.

PFL - Declina.

Encerrada a Hora do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado, para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na Sessão do dia 26, próximo passado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado, para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na Sessão do dia 26, próximo passado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Heinz Herwig, na qualidade de Líder em exercício do BPI, constante do expediente, indicando seu nome, para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na Sessão do dia 26 próximo passado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Doutor Rosinha, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando seu nome, para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Pa-

Paraná, criada por esta Casa na Sessão do dia 26 próximo passado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado, para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na Sessão do dia 26 próximo passado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado, para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na Sessão do dia 26 próximo passado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado, para a função de membro da Comissão Interpartidária pela Unidade do Paraná, criada por esta Casa na Sessão do dia 26 próximo passado. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente, solicitando justificativa de faltas nas Sessões Plenárias dos dias 07, 08 e 09 do corrente mês, em função de compromissos em Municípios de sua Região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando que a Sessão ordinária do próximo dia 14, seja transferida em audiência pública. Em discussão.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Art. 155 do Regimento

Interno.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 435/92, de autoria do Deputado João Batista Arruda, autoriza o Poder Executivo ceder em regime de comodato o imóvel que especifica ao Município de Flor da Serra do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 018/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, estipula o horário de realização dos concursos vestibulares de admissão, nas Faculdades e Universidades Estaduais. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.E..

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01, AO PROJETO DE LEI N° 018/93.

Art. Único - Inclua-se parágrafo único ao art. 1°, com a seguinte redação: "Exceto a FECILCAM/Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, onde os exames vestibulares de admissão aos seus cursos sempre se realizaram no período noturno".

Sala das Sessões, em 07.06.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

Apoio: Luiz Carlos Zuk - Rossoni - Paulo Maia e Colombino Grassano.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda aditiva é decorrente de acordo havido entre o proponente e o nobre Deputado Dirceu Manfrinato autor do plano de lei.

Decorrente ainda, dos argumentos apresentados pela direção da FECILCAM, justificativo de que os vestibulares daquela faculdade, desde a sua implantação e funcionamento a já dezenove anos, sempre foram realizados no período noturno, pois a quase totalidade de seus cursos funciona à noite.

Argumenta também, que a maioria de seus estudantes são também trabalhadores e, que dificilmente seriam dispensados por seus patrões para prestarem vestibulares no horário previsto no presente plano de Lei.

Grande número de seus candidatos, quase 50%, são provenientes de municípios e cidades vizinhas de Campo Mourão, abrangendo distâncias que variam de 15 a 120 Km.

A tradição do vestibular noturno da FECILCAM, está consolidada. Apenas a título de ilustração é oportuno referir que o índice de desistências oscilou no corrente

ano, do 1º ao último dia de provas, entre 2 a 3,5%, num universo de 2.300 inscritos aproximadamente.

Pelos motivos expostos esperamos o acolhimento da presente emenda, com sua conseqüente aprovação por esta Casa. O PROJETO RETORNA À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 033/93, de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública Estadual o SOFRE - Sociedade Brasileira de Apoio, Orientação e Proteção para Menores Filhos de Presidiários, com sede no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 047/93, de autoria do Deputado João Preis, denomina de Capital da Moda Paraná, a Cidade de Maringá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 137/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, institui o Dia da Habitação no Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 182/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, declara de Utilidade Pública a Fundação Fé e Alegria do Brasil Regional Paraná, com sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e com representação no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 257/92, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Lygia Pupatto e Dr. Rosinha, que autoriza a criação de Delegacias da Mulher em municípios paranaenses e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 134 de 22.09.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 257/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 257/92, de autoria dos nobres companheiros integrantes da bancada do Partido dos Trabalhadores, visa a concessão de autorização ao Poder Executivo estadual para a instalação de Delegacias da Mulher em municípios paranaenses e dá outras providências referentes à implementação de política de ação preventiva à violência contra a condição feminina.

Louvando a iniciativa que pretende instituir um atendimento multidisciplinar,

transcendendo à usual prestação dos serviços pelas Delegacias, em medida que se posta moderna e necessária, não encontramos, nos termos estritos da competência firmada a esta Comissão de Constituição e Justiça, qualquer óbice à normal tramitação do Projeto de Lei em questão e sua aprovação pelo Plenário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 13.10.92
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N° 257/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, da lavra dos nobres parlamentares integrantes do Partido dos Trabalhadores, pretende autorizar o Poder Executivo a instalar Delegacias da Mulher em todos os Municípios do Paraná, no intuito de preservar a condição feminina contra as usuais práticas de violência que lhe são intentadas.

A proposição, como se oferece, quer instituir um atendimento multidisciplinar, conforme a moderna filosofia de assegurar, mais que a consuetudinária prestação de serviços, ampla assistência psico-social.

No que concerne ao mérito, pois, se impõe o Projeto de Lei "sub examem" apto a merecer a aprovação desta Comissão e a prosseguir a sua regular tramitação.

É o parecer.
Sala das Comissões, em 21.10.92
(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
RENATO ADUR - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 257/93, de autoria dos nobres Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e da Deputada Lygia Pupatto, membros da Bancada do Partido dos Trabalhadores, visa autorizar o Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Departamento de Polícia Civil, instalar em todos os municípios do Estado do Paraná, as Delegacias da Mulher, visando uma ação preventiva à violência contra a condição feminina.

Visa o referido Projeto de Lei, que todas as Delegacias da Mulher, deverão ser constituídas exclusivamente por mulheres, tendo como corpo integrante, além da Delegada e policiais femininas, uma equipe multidisciplinar, que será responsável pelo atendimento social, jurídico e psicológico as mulheres vítimas de violência, que deverão fazer ainda, a triagem e acompanhamento dos casos.

Tendo em vista o grande alcance social visado pelo Projeto de Lei, esta douta Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do mesmo, dando o seu parecer

favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 371/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que institui o Sistema Integrado de Atendimento a Emergência - SIATE nas rodovias estaduais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Public. no D.A. n° 168 de 21.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 371/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 371/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, institui a implantação do Sistema Integrado de Atendimento à Emergência - SIATE, em rodovias estaduais.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices à normal tramitação da matéria, sendo favoráveis à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 371/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Cezar Silvestri, tem por finalidade a implantação do Sistema Integrado de Atendimento à Emergência - SIATE, em rodovias estaduais.

No que concerne ao mérito, a proposição em tela é de absoluta oportunidade e no âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO PREIS - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 371/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cezar Silvestre, tem por finalidade instituir o Sistema de Atendimento à Emergência - SIATE nas Rodovias Estaduais.

A medida proposta recebeu parecer favorável das Doughtas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças.

Chamada a opinar, esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Curitiba, segunda, em 07.06.93

manifesta-se favoravelmente ao projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

HEINZ HERWIG - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 350/92, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Umuarama-PR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. Aprovado. (Public. no D.A. n° 164 de 17.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 350/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nilton Barbosa, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Umuarama.

Analisando-se a matéria do ponto de vista regimental, nada há que obste a tramitação do mesmo, estando, inclusive, justificado.

No aspecto concernente à legalidade, observa-se que o mesmo invade a esfera de competência privativa do Sr. Governador do Estado, conforme o Art. 66, inc. III da Constituição Estadual.

No entanto, por tratar-se de projeto autorizatório, entendemos possível sua tramitação.

Desta forma, opinamos favoravelmente à apreciação e posterior aprovação do presente.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 24.11.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 350/92

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 350/92, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Umuarama, nada impede a sua tramitação normal dentro deste Poder Legislativo, por tratar-se de matéria meramente autorizatória, e que dependerá única e exclusivamente do Poder Executivo através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que deverá analisar dentro do seu orçamento as possibilidades financeiras, bem como da disponibilidade de pessoal capacitado dentro do seu quadro funcional.

Levando-se em consideração o voto favorável emitido pela doughta Comissão de Constituição e Justiça deste Poder Legislativo, somos favorável a sua tramitação e

posterior aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 422/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que declara a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Bandeirantes. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.S.P.. **Aprovado.** (Public. no D.A. n° 178 de 09.12.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 422/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a instalação de uma Delegacia Feminina no Município de Bandeirantes.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, nos deparamos com flagrante inconstitucionalidade da Proposta, de acordo com o que reza o Inciso I e III do Artigo 66, da Constituição do Estado do Paraná, in verbis:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre.

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração.

II - ...

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

Cabendo também ressaltar, os preceitos constantes do Capítulo II, da Seção II, no Artigo 87, incisos IV e VI, da Constituição do Estado do Paraná, in verbis:

CONSTITUIÇÃO DO PARANÁ

CAPÍTULO II

SEÇÃO II

"DAS ATRIBUIÇÕES DO GOVERNADOR"

Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

V - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da Lei;

Cumpre-nos também grifar, os preceitos contidos no Título VII, através do Artigo 237, da Carta Magna Estadual, in verbis:

Art. 237 - O Estado do Paraná instalará progressivamente, no âmbito da segurança pública, delegacias de polícia nos Mu-

nicipios, especializadas no trato de assuntos referentes à integridade física e moral da mulher.

Parágrafo Único - Até que se instale a delegacia especializada, será implantado o serviço de atendimento à mulher junto às delegacias policiais nos Municípios.

Não obstante, devemos salientar a determinação do Regimento Interno desta Casa de Leis, ao caso concreto, expressas através dos Artigos 125, Parágrafo Único, 124, Parágrafos 4° e 5°, in verbis:

Art. 125 - A iniciativa dos projetos cabe a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público.

Parágrafo Único - Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, poderão ter origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Art. 124 -

Parágrafo 4° - Não será objeto de deliberação o projeto manifestamente inconstitucional ou anti-regimental.

Parágrafo 5° - Todos os projetos, a juízo do Presidente da Assembléia, entrarão em Ordem do Dia, desde que tenham parecer das Comissões a cujo exame tiverem sido submetidos.

Assim sendo, apesar do aspecto meritório da questão, e de seu caráter meramente autorizatório, com fundamentos nas inconstitucionalidades retro mencionadas, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer CONTRÁRIO ao presente Projeto de Lei, opinando pelo seu arquivamento, em respeito aos mandamentos do Parágrafo 4°, do artigo 124, do Regimento Interno desta Egrégia Assembléia Legislativa.

É o parecer.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 422/92

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Oswaldo Trevisan, o Projeto de Lei n° 422/92, ora em trâmite para exame por esta Comissão, visa autorizar o Poder Executivo a proceder a Instalação de uma Delegacia de Polícia Feminina, no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

Ora, o caráter meramente autorizatório do presente plano de Lei, suplanta as inconstitucionalidades contidas no parecer contrário, emitido pela Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Face ao acima exposto, emito o meu parecer FAVORÁVEL, a pretensão do autor.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 423/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Cornélio Procópio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 178, de 09.12.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 423/92

P A R E C E R:

I. O ilustre Parlamentar propõe Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Cornélio Procópio.

II. Procedida a análise da matéria não encontramos óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer Favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, 15.12.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 423/92

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 423/92, de autoria do nobre Deputado Oswaldo Trevisan, com a finalidade de autorizar a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Cornélio Procópio.

Entendemos tratar-se de uma proposta voltada ao interesse social, ressaltando a preocupação com a segurança e bem-estar dos municípios da região.

A matéria foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se pela Aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão de Segurança Pública, chamada a opinar, vem seguir o entendimento da Comissão supracitada, manifestando-se Favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

DOMINGOS CARVALHO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 007/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar um Batalhão de Polícia Feminina na Capital e outro no interior do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 007/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Curitiba, segunda, em 07.06.93

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a promover a criação de um Batalhão de Polícia Feminina na Capital e outro no interior do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Cabe ao Governador do Estado a escolha do município do interior a que se refere este artigo.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.01.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Já são quinze anos de trabalho e dedicação prestados pela Polícia Feminina ao nosso Estado, durante os quais cumpriram com os seus deveres, e muitas vezes além deles.

A ampliação do Quadro Organizacional nada mais é do que o pleito de um direito, principalmente o de serem respeitadas como profissionais, e não apenas como mulheres, todavia isto dependa exclusivamente do comportamento e atitude de cada Policial Feminina, e da possibilidade de galgar todos os postos e graduações, podendo as Oficiais concorrer até o posto de Coronel, e as praças à graduação de Subtenente e ainda participar, desde que preenchidos os requisitos, do Curso de Formação de Oficiais Administrativos em igualdade de condições.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 007/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o presente plano de lei autoriza o Poder Executivo a criar um Batalhão de Polícia Feminina na capital e outro no interior do Estado do Paraná.

Chamada a opinar, esta Comissão em análise a referida matéria, não encontrou óbices de natureza legal, constitucional ou regimental que possam impedir a tramitação normal desta proposta pelos órgãos da Casa.

Diante disto, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 007/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, que objetiva o Poder Executivo a criar um Batalhão de Polícia Feminina na Capital e outro no Interior do Estado do Paraná.

Em análise ao referido Projeto, não encontramos nenhum óbice de natureza regi-

mental, constitucional ou legal que possam impedir a tramitação normal pelos órgãos desta Casa.

Diante do exposto, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 030/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 003/93, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, aos Municípios Paranaenses, prédios ou partes de prédios estaduais, para fins de utilização como unidades escolares. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.E. **Aprovado. (Publ. no DA. n° 07, de 01.03.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 030/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem n° 003/93, do Poder Executivo, o Projeto de Lei n° 030/93, visa autorizar o Governo do Estado a ceder, em caráter de utilização gratuita, aos Municípios Paranaenses, prédios ou parte de prédios estaduais, para fins de utilização como unidades escolares.

Levando-se em consideração que a municipalização do ensino obrigará os municípios a prestar assistência escolar aos alunos de 1° grau, o presente Projeto de Lei reveste-se de grande alcance social, pois evitará que os municípios tenham que construir novas escolas, quando poderão utilizar as dependências dos prédios de propriedade do Governo do Estado para esta finalidade.

E por achar justa esta medida, o parecer desta douta Comissão de Constituição e Justiça, é favorável a aprovação do presente Projeto de Lei, que em muito beneficiará os nossos municípios e principalmente as suas populações.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 030/93

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo - Mensagem Governamental n° 003/93, o presente Plano de Lei autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, aos municípios paranaenses, prédios ou parte de prédios estaduais, para fins de utilização como unidades escolares.

A iniciativa desta mensagem governamental é incontestavelmente significativa,

pois oferece garantias de expansão da rede municipal de ensino, trazendo benefícios a seus municípios.

Neste sentido, seguimos o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciou favorável à sua aprovação. Manifestamos também o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando pela Aprovação deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE
PROJETO DE LEI N° 030/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 030/93, logrou parecer favorável da C.C.J. e também da C.O.P.T.C.

Pelo seu elevado alcance social e voltado para a educação e ensino, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 06.05.93.

(aa) ilegível

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 058/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri e outros, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município de Guarapuava, uma Delegacia da Mulher, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. **Aprovado. (Publ. no DA. n° 12, de 09.03.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 058/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Cezar Silvestri e outros, autoriza em seu art. 1°, a instalação de uma Delegacia Especializada da Mulher no Município de Guarapuava, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Em análise por essa Comissão, verificou-se que a proposição encontra-se em conformidade com os dispositivos legais, estando portanto apta para ser apreciada pelo Plenário.

Assim sendo, esta Comissão, chamada a manifestar-se, vem se pronunciar favoravelmente com relação à medida proposta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 058/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cezar Silvestri e outros, vi-

sando a instalação de uma Delegacia Especializada da Mulher no Município de Guarapuava, foi analisado nesta Comissão e não foi encontrado nenhum óbice que inviabilize a apreciação da matéria em Plenário.

Assim sendo, esta Comissão, invocada à sua competência, manifesta-se favoravelmente à intenção da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 082/93, de autoria do Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, que dispõe sobre a adequação dos veículos de transporte coletivo intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. (Publ. no D.A. n° 19, de 22.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 082/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, dispõe sobre a adequação dos veículos de transporte coletivo intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física.

A iniciativa objetiva regulamentar o Art. 222, da Constituição Estadual, que trata da adaptação dos veículos de transporte para a utilização por pessoas portadoras de deficiência.

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Assim, tendo em conta tais considerações, emito parecer favorável ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 082/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, dispõe sobre a adequação dos veículos de transporte coletivo intermunicipal às pessoas portadoras de deficiência física.

A iniciativa objetiva regulamentar o Art. 222, da Constituição Estadual, que trata da adaptação dos veículos de transporte para a utilização por pessoas portadoras de deficiência.

Sob o ponto de vista da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não há óbice para que o referido projeto tenha tramitação legal nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável

Curitiba, segunda, em 07.06.93

ao presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) NAMIR PICENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator.

- Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. - **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões, do Projeto de Lei n° 082/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 115/93, de autoria do Deputado NAMIR PICENTINI, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Campo Mourão ao Município de Barbosa Ferraz. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. - **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 28, de 06.04.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 115/93

P A R E C E R:

Propôs o autor, autorização ao Poder Executivo, a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Campo Mourão a Barbosa Ferraz.

Após análise constitucional, legal e regimental, nada foi constatado que possa impedir o normal trâmite processual legislativo da proposta.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

Sala das Comissões em 13.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 115/94

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Namir Piacentini, o projeto de lei em análise por esta Comissão Técnica, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Campo Mourão ao Município de Barbosa Ferraz.

Verificamos tratar-se de uma proposta de cunho social e, de certa forma, de caráter emergencial, dada a necessidade de viabilizar o trecho rodoviário que liga os Municípios supracitados, possibilitando, assim, condições de comercialização e desenvolvimento das regiões produtoras e, conseqüentemente, o enriquecimento do nosso Estado.

A matéria foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual manifestou-se favorável, inexistindo qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua tramitação por esta Casa.

Assim sendo, esta douta Comissão de Finanças, chamada a opinar, segue o enten-

dimento da Comissão supracitada, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões em 28.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 115/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Campo Mourão a Barbosa Ferraz.

Constata-se porém que, na diretriz Campo Mourão - Barbosa Ferraz, existe segmento rodoviário já implantado, com características geométricas compatíveis para sua estadualização, no que tange a serviços de conservação.

Outrossim, em nosso entendimento, para que avance a presente proposição, será necessário um prévio esclarecimento técnico-econômico das atuais condições, bem como dos objetivos a serem alcançados.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.93.

(aa) HEINZ HERWIG - Presidente

NAMIR PIACENTINI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Loureço Fregonese) - Sobre a mesa, requerimento n°s 1629 e 1630, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1656 a 1659, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Esta Mesa registra, com satisfação, a presença do Prefeito de Santa Mônica, Valdemir Palmieri.

Requerimentos n°s 1862 a 1685, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1636, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1673, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1693, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Dr. Rosinha e Ernani Pudell, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1635, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1632, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1637 a 1644, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1646 a 1653 e 1655, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1660 a 1669, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1670, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1672, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Dr. Rosinha e Ernani Pudell, com apoio dos Srs. Deputados Lourenço Fregonese, Ademar Traiano, Nilton Barbosa e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1689 a 1692, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1688, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, com apoio dos Srs. Deputados Dr. Rosinha, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Após a aprovação pelo Plenário desta Comissão Especial, e como de fato é um assunto que preocupa a todos, eu requeiro a Vossa Excelência que já estabelecesse a formação desta Comissão, pedindo para que até o dia de amanhã, aos diferentes partidos políticos, designem seus representantes, para que nós possamos ouvir os trabalhadores da ULTRAFÉRTIL do Paraná; e se possível ouvir a Comissão de Privatização do Congresso Nacional.

Então teremos condições de, amanhã, já termos estes nomes indicados por todos os partidos políticos, ouvir ainda nesta semana a Comissão da ULTRAFÉRTIL, visto que a previsão de privatização é urgente e já acontece no próximo dia 24.

O SR. PRESIDENTE (Loureço Fregonese) -

Conforme requerimento aprovado de solicitação do Deputado Paulo Maia, requeiro a todos os líderes de Partidos nesta Casa, que indiquem até a sessão de amanhã os componentes desta Comissão, que passarão, a partir de quarta-feira, a integrar tra-

balho visando o assunto levantado pelo Deputado Paulo Maia: privatização da ULTRA-FÉRTIL.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para lembrar aos Srs. Deputados que, tendo havido um compromisso entre este Deputado e o líder do PMDB, Deputado Renato Adur, para a convocação do Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, esta convocação está sendo mantida através de renovado entendimento hoje, com o Deputado Renato Adur, onde deverá, amanhã, o Sr. Presidente do Banco do Estado, vir à Comissão de Constituição e Justiça prestar esclarecimentos a respeito da denúncia que formulamos desta tribuna, porque se assim não ocorrer, estará esta Casa na obrigação de ceder e solicitar ao Tribunal de Contas que proceda uma auditoria junto ao Banco do Estado, para que aquelas irregularidades apontadas sejam apuradas.

Gostaríamos de contar com a presença dos Srs. Deputados, porque é um assunto que interessa vivamente ao Paraná, por ser a nossa principal instituição bancária. E devemos preservá-la, defendê-la em todos os sentidos.

Por esta razão, renovo o convite a todos os Srs. Deputados, na certeza de que estará presente amanhã, o Presidente do BANESTADO, para prestar os devidos esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) - Suspendo a sessão por cinco minutos, pois está adentrando ao Plenário o Sr. Shlomo Bino, Embaixador de Israel, em visita a esta Casa.

(Está suspensa a sessão).

Está reaberta a sessão.

Esta Presidência agradece a presença do Embaixador de Israel, Shlomo Bino a esta Casa, e queira Deus que a experiência e sucesso que tem o Estado de Israel também venha de benefício ao Estado do Paraná.

Com a palavra, Pela Ordem, o Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, eu, na hora que foi lido um requerimento do Deputado Renato Adur, pedi para discutir-lo.

Eu quero dizer que retiro esse pedido e faço o encaminhamento já da votação dele.

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) - Matéria vencida, Deputado Florisvaldo Fier. Foi pedido discussão e foi adiado na forma regimental, para a sessão de amanhã, e infelizmente não podemos voltar atrás.

Deputado Renato Adur.

Curitiba, segunda, em 07.06.93

O SR. RENATO ADUR - Nós apelamos a Vossa

Excelência que reconsidere a questão deste requerimento, uma vez que a matéria é por demais importante e teremos na quinta-feira, feriado, e o nosso requerimento era para que o Deputado Delcino Tavares, mais o Coordenador Superintendente do INAMPS, viessem até esta Casa prestar os esclarecimentos a respeito de uma denúncia formulada pelo Deputado Dr. Rosinha nesta Casa. E como na quinta-feira é feriado, nós, se for votado amanhã, não teremos tempo hábil para comunicarmos às pessoas interessadas.

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) - Passo a decisão ao Plenário.

Os Deputados que forem favoráveis à reinclusão do requerimento na Ordem do Dia de hoje, permaneçam como estão. Está aprovado.

Passo em votação o requerimento. Em discussão.

Para discutir, o Deputado Florisvaldo Fier.

O DR. ROSINHA - Para encaminhar a votação, só.

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) - Encaminhamento.

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É importante que se faça presença aqui tanto o Deputado Delcino Tavares como o Dr. Mário Tourinho, para clarear algumas das questões do INAMPS do nosso Estado, para clarear a questão das auditorias que aqui existiram e das ordens de restituição que o Governo do Estado deve ao Governo Federal.

E também queríamos a oportunidade e de público convidar o Delcino Tavares para abrir mão da imunidade dele, haja vista o processo que tramita contra ele, tanto na Justiça Federal como na Justiça Estadual. Se ele não deve, ele poderia abrir mão para nós vermos onde chega a Justiça do nosso País.

Então, é importante que ele venha, exponha e abra mão da imunidade parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Lourenço Fregonese) - Continua em discussão. Em votação.

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. - Está aprovado o requerimento conforme deliberação do Plenário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 11 e 19/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 257, 371, 350, 422 e 423/92, 007, 030, 058 e 115/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n° 046/93, e dos Projetos de Lei n°s 053 e 074/93.

Levanta-se a sessão.